

SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E ADOLESCÊNCIA

MARTHA A. TRAVERSO-YÉPEZ

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

VERÔNICA DE SOUZA PINHEIRO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O trabalho objetiva desnaturalizar o conceito de adolescência, considerando-o como plural e perpassado por condicionantes diversos, particularmente pelas inserções de classe social e de gênero. Tomando-se os dados de uma pesquisa com 205 adolescentes de um bairro da periferia de Natal/RN, bem como os registros de atividades realizadas com adolescentes de 10 a 14 anos residentes no mesmo bairro, a análise destaca as marcantes influências das relações de gênero, agravadas pela precariedade do contexto sócio-econômico, na socialização dos adolescentes. O estudo permite uma reflexão a respeito do permanente processo de construção da subjetividade adolescente, a partir das experiências de vida compartilhadas nas diferentes interações sociais, oferecendo sugestões para o trabalho de intervenção nas áreas da saúde e da educação.

Palavras-chave: adolescência, relações de gênero, processos de socialização.

Introdução

A necessidade de se pensar o desenvolvimento humano, e particularmente a adolescência, considerando-se o contexto sócio-cultural em que se inscreve, vem sendo apontada por diversos autores, conforme discutido em trabalho anterior¹ e observado em recente publicação conjunta do Conselho Federal de Psicologia e do Ministério da Saúde.² Por outro lado, os determinantes de classe social e gênero sobre as manifestações da adolescência para cada indivíduo ou grupo social já foram ressaltados por várias autoras, especialmente aquelas ligadas ao movimento feminista.³

No presente artigo, pretende-se discutir as implicações da socialização de gênero para as diferentes vivências da adolescência. A reflexão será pautada por dados coletados

Copyright © 2005 by Revista Estudos Feministas

¹ TRAVERSO-YÉPEZ e PINHEIRO, 2002.

² Sílvia KOLLER, 2002.

³ Nanete DESSER, 1993; Lena LAVINAS, 1997; Felícia MADEIRA, 1997; Maria Luiza HEILBORN, 1997; e Laura DUQUE-ARRAZOLA, 1997.

distinguem-se enquanto sexos, pois dotados de corpos físicos diferentes, e enquanto gêneros, uma vez que incorporam normas e valores sócio-culturais que dizem como um homem ou uma mulher devem se comportar”.¹⁰

É a esse processo de incorporação que se aplica a expressão *socialização de gênero*. Considerando o processo de socialização como permanente e sempre inconcluso, diríamos que as categorias de gênero são permanentemente reconstruídas pelas pessoas em suas interações e com elas os valores, papéis, atribuições e normas de interação entre os sexos.¹¹

Nessa perspectiva, as relações de gênero permeiam, dinamicamente, todo o tecido social, manifestando-se de formas específicas nos diferentes grupos sociais, ainda que mantendo, geralmente, a hierarquização como marca. Nas palavras de Lavinias, “... o sexo social – portanto, o gênero – é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses”.¹² É nos espaços de convivência cotidiana, mais particularmente a família e a vizinhança, “que meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero, de acordo com aquilo que a ‘sociedade local’ exige que sejam...”¹³ Nesse sentido, o cotidiano da família é fortemente influenciado pela organização de gênero que, vigorando para além do espaço doméstico, manifesta-se de forma marcante nas relações intrafamiliares. Assim, a hierarquização de gênero perpassa tempos e rotinas, jogos e brincadeiras, perspectivas e projetos de futuro, reproduzindo os papéis de gênero vigentes no grupo social ao qual pertencem os sujeitos implicados.

Certamente, reproduzem-se, também, as contradições e dissonâncias existentes, abrindo-se margem para possíveis rupturas ou subversões. Mudanças no mercado de trabalho, dificuldades econômicas oriundas da atual configuração da economia, bem como desdobramentos dos processos de reivindicação do movimento de mulheres, repercutem na convivência familiar, especialmente a partir do desempenho de papéis que fogem ao tradicional estereótipo masculino-dominante e feminino-subalterno. Implicados nesse intrincado jogo, crianças e adolescentes acham-se, ainda, expostos aos diferentes agentes de socialização para além do espaço familiar. Parte-se, portanto, de uma visão sistêmica dos processos de socialização, considerando não apenas os diferentes espaços e trocas interpessoais onde tais processos acontecem, mas também a influência que o indivíduo (seja criança, adolescente ou adulto) exerce sobre o grupo social.¹⁴

Conseqüentemente, as relações de gênero situadas sempre em contextos sociais específicos demarcam espaços, delimitam possibilidades e configuram matrizes ou modelos de interação entre as pessoas, implicando pressões sobre aquelas que as transgridem ou subvertem. É inegável, por exemplo, a diferença entre as possibilidades de que dispõem os adolescentes de classe operária em relação a outros dos estratos médio ou alto de uma mesma sociedade. Com tão limitadas perspectivas de vida e educação, não surpreende que as desigualdades de gênero possam ter um peso maior nas camadas de baixa renda.¹⁵

¹⁰ VAITSMAN, 1994, p. 15.

¹¹ PINHEIRO, 2001.

¹² LAVINAS, 1997, p. 16.

¹³ DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 351.

¹⁴ Orlindo PEREIRA e Jorge JESUINO, 1985.

¹⁵ DUQUE-ARRAZOLA, 1997.

Aproximações às adolescências em Felipe Camarão

O bairro de Felipe Camarão situa-se na zona oeste da cidade de Natal/RN. Institucionalizado por lei municipal em 1968, é um bairro marcado por precárias condições de vida e abundantes situações de exclusão social, associadas a um forte estigma de lugar de violência e criminalidade. Deve-se destacar também o perfil demográfico da população, o qual apresenta alto índice de crianças e adolescentes: dos 45.907 habitantes, segundo o último Censo Demográfico,²³ 46,6% tinham menos de 20 anos, sendo 11,7% com idade entre 10 e 14 anos, e 11,3% entre 15 e 19 anos. Apesar disso, o bairro carece totalmente de parques urbanizados, bem como de outros espaços de entretenimento, cultura e lazer. Conta apenas com duas quadras esportivas e um campo de areia público geralmente ocupados por adultos.

A partir do trabalho de uma das pesquisadoras²⁴ em uma Unidade de Saúde localizada no bairro, começou-se um processo de aproximação às questões pertinentes aos adolescentes da comunidade. Iniciado através da pesquisa *Maternidade na adolescência: significados e repercussões*, desenvolvida com 26 mães adolescentes residentes no bairro, esse percurso inclui três desdobramentos principais: o desenvolvimento do Projeto *Adolescentes Cuidando da Vida*, a criação do Espaço *Vida* e a implementação do projeto de pesquisa *Vivências e sentidos relacionados com a saúde integral na adolescência em um bairro da periferia de Natal*.

As atividades do Projeto *Adolescentes Cuidando da Vida* envolvem a realização de oficinas semanais intituladas *Adolescência e Cidadania*, espaço de interlocução com adolescentes de 10 a 14 anos de idade para a discussão de temas ligados a direitos da criança e do adolescente e seu sistema de proteção, violência, saúde, gênero, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. Inicialmente, alguns desses adolescentes foram referidos por profissionais de saúde e educação que atuam no bairro, os quais identificavam adolescentes em situação de maior vulnerabilidade social (situações de maiores conflitos familiares, histórico de maus-tratos ou abuso sexual, etc.). Atualmente, a maioria chega voluntariamente para participar das atividades, existindo, porém, uma grande rotatividade no grupo.

Através da metodologia de observação participante, são sistematizados registros gráficos (desenhos, colagens, textos, etc.) produzidos nessas oficinas. Ocasionalmente, é feita gravação e posterior transcrição das discussões, objetivando um aprofundamento nos sentidos produzidos pelos adolescentes em suas interações cotidianas. O projeto envolve, também, atividades de socialização e lazer com adolescentes e familiares, bem como a realização de oficinas de trabalho com os profissionais de saúde e educação que atuam no bairro.

Paralelamente, o projeto de pesquisa *Vivências e sentidos relacionados com a saúde integral na adolescência em um bairro da periferia de Natal* é resultado da necessidade de obter dados sócio-demográficos mais precisos que pudessem subsidiar as propostas de intervenção. Todo o processo de coleta desses dados sócio-demográficos contou com a colaboração dos Agentes Comunitários de Saúde da Unidade Mista de Felipe Camarão, que providenciaram o acesso autorizado dos estudantes para o desenvolvimento das entrevistas nas próprias moradias dos adolescentes.

Para a definição da amostra foram consideradas as famílias atendidas pelo Programa Saúde da Família (PSF) da Unidade Mista de Saúde de Felipe Camarão.

²³ IBGE, 2000.

²⁴ PINHEIRO, 2001.

SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E ADOLESCÊNCIA

preparação para o futuro	12,7%	11,9%	13,5%
Não sabe	12,7%	13,9%	11,6%
Expressão descritiva em contraposição à infância	9,7%	7,9%	11,5%
Resposta avaliativa ambivalente	5,3%	5,0%	5,8%
Crescimento/amadurecimento	4,9%	7,9%	1,9%
Época de rebeldia e transgressão	3,9%	1,0%	6,7%
Respostas avaliativas negativas	3,9%	1,0%	6,7%
Outras	13,2%	16,8%	9,6%

A maior diferença a favor dos meninos foi a idéia de “Crescimento” como processo de amadurecimento, de assumir novas responsabilidades, enquanto que, a favor das meninas, são observadas as maiores diferenças nas categorias “Expressão descritiva de adolescência”, “Época de rebeldia e transgressão” e “Respostas avaliativas negativas”.

A noção de rebeldia e transgressão foi mais freqüente entre as participantes do sexo feminino, provavelmente em decorrência das maiores restrições a que se acham submetidas. Observa-se, ainda, que esse estereótipo de tempestade e tormenta, sempre reforçado pela mídia, certamente não é desconhecido dos adolescentes entrevistados. A esse respeito, é ilustrativa a fala de um dos participantes:

Adolescência é um passo para a maturidade, fase repentina... Alguns usam a adolescência como desculpa para o que fazem de errado (14 anos, sexo masculino, solteiro).

As respostas avaliativas negativas foram observadas em 3,9% dos entrevistados, sendo que, enquanto esse índice foi de apenas 1% entre os rapazes, entre as moças chegou a 6,7%. Esse aspecto, reforçado pelos participantes, é mais bem discutido na Tabela 3, ao tratar-se das coisas ruins vivenciadas na adolescência.

Quanto aos aspectos positivos da adolescência, cujas respostas podem ser vistas na Tabela 2, observa-se entre os meninos a maior referência ao lazer e à diversão, enquanto as meninas ficam mais inclinadas pelas relações interpessoais e pelo aspecto emocional. A idéia de liberdade/autonomia também aparece com freqüência ligeiramente maior entre os meninos, bem como a preocupação pelo futuro. Entretanto, é importante destacar que 11,2% das entrevistadas e 6,2% dos entrevistados afirmaram não saber ou não existirem coisas boas nessa fase da vida.

TABELA 2 – COISAS BOAS VIVENCIADAS NA ADOLESCÊNCIA

Categoria de resposta	Geral	Masculino	Feminino
Diversão/lazer/aproveitar a vida	30,1%	32,3%	27,6%
Maior sociabilização/namoro	30,1%	26,8%	33,6%
Ter mais liberdade/autonomia	15,6%	16,5%	14,7%
Não sabe/não tem	8,6%	6,3%	11,2%
Estudar/preparar-se para o futuro	7,8%	9,4%	6,0%
Outros	7,8%	8,7%	6,9%

Diante dos aspectos negativos da adolescência, pode-se facilmente constatar as especificidades de gênero. A Tabela 3 mostra as vulnerabilidades diferenciadas segundo o sexo do participante, sendo evidente a diferença na porcentagem de respostas que

serem questionadas sobre a adolescência e sobre seu dia-a-dia:

[Faço] tudo que uma dona de casa faz (16 anos, sem filhos).

É uma fase boa... mmm... Não é muito boa, é péssima, passo muito tempo dentro de casa fazendo as coisas (18 anos, sem filhos).

Embora a última entrevistada inicie o depoimento com uma frase positiva, evocando seu dia-a-dia, passa ao outro extremo provavelmente ao lembrar de suas responsabilidades cotidianas. Assim, nos depoimentos dos meninos e das meninas, fica claro como idéias, valores e atitudes fazem parte de um processo permanente de re-criação da subjetividade, dependente do contexto e das circunstâncias da interação.

Apesar de todo o exposto, a socialização para a docilidade e a submissão resultam em uma menor incidência de confrontação aberta à autoridade parental entre as meninas. Desse modo, na categoria "Problemas com os pais", que entre o sexo masculino está em terceiro lugar, com 8,2% das respostas, para as meninas está em sexto lugar com apenas 3%. É maior também para os meninos a porcentagem de respostas que falam de "Agressividade, violência, falta de controle", com 5,1%, em comparação com 1,0% para as meninas.

Sobre os meninos, além das situações de maior vulnerabilidade às quais estão expostos pela maior liberdade e conseqüente exposição aos riscos da rua, pairam as pressões para que se iniciem no papel de provedores, abandonando definitivamente a condição de criança: as categorias "Ser 'de menor'/não poder arrumar emprego" e "Não poder brincar como criança" foram respostas exclusivamente masculinas. Paradoxalmente, o índice de respostas na categoria "Ausência de coisas ruins" foi o mesmo para os dois sexos (8,2%).

Os papéis de gênero comuns nessa comunidade, bem como as expectativas referentes ao comportamento e às habilidades dos indivíduos de cada sexo, fazem parte do universo simbólico dos adolescentes, contribuindo na construção de suas auto-imagens. Exemplificamos algumas dessas concepções a partir de uma dinâmica realizada com oito adolescentes em oficina do *Projeto Adolescentes Cuidando da Vida*. Em primeiro lugar, as concepções de feminilidade e, conseqüentemente, o comportamento esperado dos indivíduos trazem clara a demarcação de gênero na fala das participantes ao explicar sua preferência por filhas: "Porque menina não é igual ao menino. A menina é quieta" ou "Ela é bem educada". Por outro lado, a idéia do trabalho remunerado e/ou que demanda força física como atribuição masculina aparece na fala de um dos participantes do sexo masculino. Questionado sobre por que gostaria de ter um filho, ele diz: "Porque ele vai me ajudar. Carregar as coisas. Trabalhar...".

Observa-se também a manifestação de estereótipos sexistas nas colagens realizadas por esses adolescentes em uma outra oficina. Tanto para meninos como para meninas, a representação de 'coisas de homens' está associada, geralmente, à força física e/ou violência, bem como à atividade sexual. Entre 'coisas de mulher', destacam-se a condição de objeto sexual e de exibição, bem como as atividades relacionadas com a maternidade e o cuidado dos filhos.

As diferenças de gênero são também gritantes ao considerarmos hábitos, rotinas e vida social dos adolescentes. Enquanto que aproximadamente 90% das meninas entrevistadas colaboram com a execução dos trabalhos domésticos, menos de 40% dos meninos o fazem e em função de tarefas mais específicas envolvendo força física. Por outro lado, enquanto 25% dos meninos desenvolvem algum trabalho fora de casa, principalmente no comércio e na construção civil, apenas 15% das meninas têm trabalho remunerado,

Embora a violência entre marido e mulher nem sempre seja explicitada abertamente pelos adolescentes, observa-se um processo de naturalização da violência de gênero, representada na fala dos adolescentes pela freqüente violência dos meninos contra irmãs e outras meninas de seu convívio. Falando do desejo de ter todos os filhos de um mesmo sexo, uma das adolescentes participante do Projeto diz:

Porque se for menino, pode dar cacete na menina, mas a menina não pode dar cacete no menino (Sexo feminino, 13 anos).

Em outro momento da dinâmica, buscando justificar a afirmação de um participante do grupo que dissera gostar de ser homem, três participantes de sexo feminino falam:

Adol. fem. 1: *Acho que ele gosta de ser homem porque...*

Adol. fem. 2: *Porque pode dar em todo mundo... pode dar na mulher... a mulher pode dar nele?*

Adol. fem. 3: *Não!*

Adol. fem. 1: *Isso também é injustiça! Bater na mulher, aí não pode!*

Embora a participante 1 deixe entrever o conflito entre a naturalização da violência contra a mulher e seu questionamento, como as críticas não são vivenciadas de forma reflexiva, tendem a reproduzir apenas mais violência. Assim, a violência doméstica não fica restrita à violência de gênero, mas se reproduz também como violência entre gerações.

Os condicionantes de gênero têm repercussões significativas também nos projetos de vida dos adolescentes, com desdobramentos evidentes nas escolhas e decisões atuais (Tabela 4). Questionados sobre o que pensam em fazer no futuro, os participantes do estudo já referido apresentaram as respostas apresentadas na tabela a seguir.

TABELA 4 – O QUE PENSA EM FAZER NO FUTURO

Categoria de resposta	Geral	Masculino	Feminino
Trabalhar e cuidar da família	26,3%	29,1%	23,8%
Fazer faculdade/ser profissional de nível superior	24,4%	17,3%	30,9%
Apenas trabalhar	20%	20,5%	19,4%
Ser atleta	5,7%	11,8%	0%
Seguir carreira militar	4,5%	7,9%	1,4%
Não sabe/nunca pensou	4,1%	3,9%	4,3%
Estudar, fazer cursos	3,4%	0,8%	5,8%
Ser artista	1,1%	0%	2,2%
Outros	10,5%	8,7%	12,2%

Pode-se perceber a maior centralidade dos estudos nos projetos femininos, talvez pela maior tendência a fazer planos para o futuro, o que foi observado entre as meninas, embora nem sempre seja possível levá-los à frente. Observa-se que, de fato, o índice de evasão escolar é ligeiramente mais alto entre o sexo feminino: 16,3% delas contra 11,9% deles não freqüentavam a escola. O menor nível de escolarização das mães em relação aos pais também corrobora esse dado: 70% das mães e 57% dos pais não haviam completado o ensino fundamental. A divergência com os achados de outros estudos, que tendem a constatar índices de evasão escolar mais altos entre o sexo masculino, faz

de cidades brasileiras. Precariedade material, violência, exclusão social e o evidente abandono por parte do poder público repercutem de modo decisivo no cotidiano de expressivas parcelas da população brasileira, limitando possibilidades e restringindo perspectivas.

Essa situação está indissociavelmente relacionada aos processos de subjetivação não só dos membros dessas comunidades, mas de toda a sociedade. Os sentidos produzidos pelos diferentes grupos sociais diante da pobreza e da negação da cidadania, bem como diante de direitos e formas de exercê-los, perpassam todas as relações sociais, existindo uma naturalização do contexto de injustiça vigente. O processo de produção de sentidos expressa-se cotidianamente nas interanimações dialógicas, nas diversas linguagens, verbais e não verbais, utilizadas pelas pessoas. Como sistematizado por Mary Jane Spink e Benedito Medrado,³¹ a subjetividade está marcada pelos conteúdos culturais oriundos da história da civilização, pelos processos de socialização vivenciados e, ainda, pelos processos dialógicos em cada momento de interação. Igualmente, estão presentes expectativas, planos e projetos de futuro de cada pessoa, evidenciando-se os impactos dos diferentes contextos de desenvolvimento, profundamente entrecruzados com as estruturas de poder e/ou dominação, bem como com os valores, crenças e mitos vigentes em cada grupo social específico.

Em segundo lugar, o entrecruzamento das inserções de classe social e de gênero revela, nos dados apresentados, repercussões significativas nas vivências e nos sentidos a elas atribuídos pelos adolescentes, mostrando as vulnerabilidades diferenciadas às quais meninos e meninas estão expostos. Às concepções de adolescência, marcadas pela identificação da mesma como um tempo de divertir-se, aproveitar a vida e preparar-se para o futuro, mesclam-se as queixas pelos riscos vivenciados e pelas restrições impostas que, embora comuns, recaem diferentemente sobre os e as jovens participantes da pesquisa.

Observa-se, nos diferentes discursos do conjunto dos adolescentes, o peso que os tradicionais papéis de gênero e os estereótipos sexistas têm nesse contexto sócio-cultural. Como Elias e Bourdieu destacam,³² discursos de poder institucionalizados perpassam as práticas sociais cotidianas sem que seja considerada a arbitrariedade de sua fundamentação. É significativo, por exemplo, o fato de que as adolescentes, apesar de se queixarem da carga de responsabilidades domésticas e do maior controle exercido sobre elas, em relação aos irmãos, dão menos sinais de confrontos com os pais e/ou responsáveis. Convertidas historicamente em responsáveis pelo cuidado e educação dos filhos, as próprias mulheres reproduzem esses padrões sexistas de socialização, contribuindo para a reprodução das relações de gênero vigentes.

Associada às limitações econômicas, a falta de acesso aos diversos bens culturais viola direitos fundamentais, restringindo as perspectivas e comprometendo a formação desses adolescentes para um efetivo exercício da cidadania. Sem essas oportunidades, a vida acaba restringindo-se à garantia da sobrevivência, tendendo-se a reproduzir acriticamente os valores e concepções mais tradicionais. Nesse contexto de precariedade existem poucas possibilidades de processos de resignificação que apontem mudanças ou, em termos de Bourdieu,³³ da subversão cognitiva que gere a reconversão da visão de mundo.

³¹ SPINK e MEDRADO, 1999.

³² ELIAS, 1994; e BOURDIEU, 1985.

³³ BOURDIEU, 1985.

- DESSER, Nanete Ávila. *Adolescência, sexualidade e culpa*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 1993.
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. "O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza". In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 343-402.
- ELIAS, Norbert. *Conocimiento e poder*. Madrid: La Piqueta, 1994.
- ELIAS, Norbert. *La sociedad de los individuos*. Madrid: Península, 1990.
- GIFFIN, Karen Mary. "Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social". *Cadernos de Saúde Pública*, v. 7, n. 2, p. 190-200, 1991.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- HEILBORN, Maria Luiza. "O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro". In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 291-342.
- IBGE. *Censo demográfico*. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: jun. 2003.
- IBGE. *Estatísticas do registro civil*. 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2004.
- KOLLER, Sílvia Helena. (Org.). *Adolescência e psicologia: práticas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.
- KORIN, Daniel. "Novas perspectivas de gênero em saúde". *Adolescência Latinoamericana*, v. 2, n. 2, p. 67-79, mar. 2001. Disponível em: <<http://ral-adolesc.bvs.br/scielo>>. Acesso em: mar. 2004.
- LAVINAS, Lena. "Gênero, cidadania e adolescência". In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 11-43.
- MADEIRA, Felícia Reicher. "A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão". In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 45-134.
- MARTINEZ, Marlene Castro Waideman. *Adolescência, sexualidade e AIDS: na família e no espaço escolar contemporâneos*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- PINHEIRO, Verônica de Souza. *Maternidade na adolescência: significados e repercussões*. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- PEREIRA, Orlindo Gouveia; JESUINO, Jorge Correia (Orgs.). *Psicologia social do desenvolvimento*. Lisboa: Horizonte, 1985.
- SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. "Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas". In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aspectos teóricos e metodológicos*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 41-61.
- TRAVERSO-YÉPEZ, Martha Azucena; PINHEIRO, Verônica de Souza. "Adolescência e contexto social: esclarecendo práticas". *Psicologia e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 133-147, jul./dez. 2002.
- VAITSMAN, Jeni. "Hierarquia de gênero e iniquidade em saúde". *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 7-22, 1994.

[Recebido em outubro de 2003
e aceito para publicação em outubro de 2004]